



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 89ª reunião, realizada em 16 de setembro de 2014

1 Em 16 de setembro de 2014, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Recursos
2 Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes
4 conselheiros titulares e suplentes: o presidente Alceu José Torres Marques, secretário de
5 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Clodoália Nobre Barbosa, representante
6 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Paulo Afonso Romano, da
7 Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alexandre
8 Magrineli dos Reis, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sectes); José
9 Audísio Lima, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Maria de
10 Fátima Fassy, da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Newton José Schimidt Prado, da
11 Cemig; Inês Tourino Teixeira, da Secretaria de Estado da Educação (SEE) –
12 representantes do poder público estadual; Sônia Doralice Neiva Lara, da Prefeitura
13 Municipal de Teófilo Otoni; Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Prefeitura Municipal de
14 Lima Duarte; Marcos Werner Moreira de Paula, da Prefeitura Municipal de Pedrinópolis
15 – representantes do poder público municipal; Jean de Carvalho Breves, da Cemig; Carlos
16 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg);
17 Patrícia Helena Gambogi Boson, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
18 (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Ednaldo Rosa
19 Paiva, da Energisa Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, do Sindicato do Açúcar e do
20 Alcool no Estado de Minas Gerais (Sindaçucar); Francisco de Assis Lafetá Couto, do
21 Instituto Aço Brasil (IABr) – representantes dos usuários de recursos hídricos; Antônio
22 Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu; Antônio Thomaz Gonzaga da Matta
23 Machado, do Instituto Guacuy – representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos
24 recursos hídricos; Carlos Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas
25 Subterrâneas (Abas); José Nelson de Almeida Machado, da Associação Brasileira de
26 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Osny Zago, da Associação Multissetorial de
27 Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (Abha); Wilson
28 Akira Shimizu, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – representantes de
29 associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos. **Assuntos em pauta.** 1)
30 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2)
31 **ABERTURA.** O presidente Alceu José Torres Marques declarou aberta a 89ª reunião do
32 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e registrou a presença do presidente
33 do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, Antônio Ademir Stroski. 3)
34 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. 4) **EXAME**
35 **DAS ATAS DA 86ª, 87ª E 88ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 86ª,
36 87ª e 88ª reuniões do Plenário do CERH, realizadas nos dias 24 de fevereiro, 27 de maio e
37 12 de junho de 2014, respectivamente, com abstenção do conselheiro Francisco de Assis

38 Lafetá Couto. **5) PLANOS DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS PARA**
39 **EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande (UPGRH**
40 **GD1). 5.2) Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande (UPGRH GD2).**
41 **Apresentação: Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos (CTPLAN), Comitê**
42 **da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande e Consórcio Ecoplan.** O Plenário do CERH
43 aprovou por unanimidade os Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacias
44 Hidrográficas do Alto Rio Grande (GD1) e Vertentes do Rio Grande (GD2), nos termos
45 apresentados e de acordo com o parecer do IGAM, com as seguintes recomendações: –
46 Realização de estudos visando à fusão das unidades GD1 e GD2 em uma única Unidade
47 de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH). O conselheiro Alexandre
48 Magrineli dos Reis recomendou que sejam submetidos ao Plenário do COPAM os
49 documentos formalizando o interesse do GD1 e do GD2 em se fundirem em uma única
50 UPGRH, bem como a minuta de Deliberação Normativa estabelecendo a fusão das
51 unidades; – Realização de estudos de alternativas financeiras para as bacias; – Que seja
52 levada em consideração, no Plano Diretor, a opção pelo cercamento de área de
53 preservação permanente. A Presidência acatou a sugestão de que sejam orientadas as
54 Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams) quanto à opção pelo
55 cercamento. A Presidência acatou ainda proposta apresentada pelo conselheiro Antônio
56 Eustáquio Vieira no sentido de se submeter ao CERH e ao Conselho Estadual de Política
57 Ambiental (COPAM) a elaboração e aprovação de uma norma estabelecendo diretrizes de
58 preservação ambiental e de recursos hídricos a serem observadas na construção e
59 manutenção de estradas rurais. Síntese das discussões. Antes da aprovação pelo Plenário,
60 os Planos Diretores foram apresentados pela equipe da Ecoplan. Após a exposição, foram
61 registradas as seguintes contribuições. Conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson: “Os
62 planos têm ficado cada vez melhores, mais objetivos e com mais resultados, e uma ou
63 outra questão que fica a dever tem muito mais a ver com o termo de referência do que
64 propriamente com o que a empresa desenvolve. Foi por isso que a Câmara de Planos
65 aprovou uma deliberação que dá algum norte para o termo de referência, para que se
66 preencham essas falhas.” A conselheira questionou a Secretaria Executiva por que a
67 Deliberação Normativa relativa aos termos de referência não foi submetida ao Plenário e
68 destacou ainda recomendação aprovada pela Câmara Técnica de Planos de Recursos
69 Hídricos (CTPLAN) para a fusão das unidades GD1 e GD2. “Foi uma questão colocada
70 porque a própria sociedade civil identificou que deveria constituir uma única unidade de
71 planejamento, pela homogeneidade das características não só físicas, como sociais e
72 ambientais.” Reforçou também a recomendação de aprofundamento de estudos de
73 alternativa financeira para as bacias, “uma vez que ficou muito claro que é uma bacia onde
74 o instrumento ‘cobrança pelo uso da água’ não se aplica, tanto no GD1 quanto no GD2”. A
75 diretora Geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, esclareceu que a DN que estabelece
76 diretrizes para elaboração de termos de referências não foi submetida ao Plenário do
77 CERH em função de dificuldades de obtenção de quórum para discussão e aprovação pela
78 Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL). Informou ainda que será apresentada em
79 ‘Assuntos Gerais’, nesta sessão, a situação de frequência das entidades nas Câmaras
80 Técnicas do CERH. O conselheiro Paulo Afonso Romano registrou considerações e

81 solicitou que fossem observadas pelo governo do Estado, “na linha de governança em
82 relação a recursos hídricos”. “É preciso conversar com os prefeitos, e eu acho que este é o
83 momento chave. E aí não caberia só a quem tem a responsabilidade de fazer a elaboração,
84 e os Comitês teriam até mais autoridade. Os prefeitos e municípios poderão começar a se
85 engajar nisso, a partir dessa governança, na hora que tiver um plano novo, bem elaborado
86 e com capacidade de mobilizar a inteligência de alguém que tenha na prefeitura, para isso
87 ser base de reformulação ou de formulação dos Planos Diretores municipais e,
88 eventualmente, até de lei orgânica. Se não, não adianta nada, vai cumprir tabela. Estou
89 falando isso para valorizar essa oportunidade pelo momento em que o plano está.” O
90 conselheiro sugeriu ainda aprofundamento em relação aos problemas relativos a água e
91 solo. “Um problema mais sério é quando se fala de uso do solo. Qual é o grande espaço,
92 que estratégia pode ser adotada? O grande espaço onde ocorrem os processos difusos é que
93 tem a ver com todo o problema de conservação de água e solo. O pontual não responde
94 praticamente nada em termos de água e solo. Essa é a minha convicção.” Conselheiro
95 Antônio Eustáquio Vieira: “Não sei se o problema está no termo de referência, mas o que
96 me chama muito a atenção é com relação a reflorestamento, plantio de mata nativa. O
97 Estado de Minas tem um programa de proteção de nascentes e de veredas, que está no
98 Estruturador do Estado, e foi em cima desse programa que nós, há oito anos, iniciamos
99 trabalhos na nossa região de proteção de nascentes e de veredas. Nas reuniões da Supram,
100 sempre criticamos as condicionantes que eram colocadas de plantio de espécie nativa, o
101 que é muito fácil de se falar, mas, na hora de se executar, até hoje não conheço nenhuma
102 experiência que desse resultado suficiente. Por outro lado, conhecemos várias experiências
103 que deram resultado só com cercamento para proteger nascentes e veredas. Nós temos isso
104 implantado na nossa região. Eu vi aqui os valores de R\$ 89 milhões para plantio de matas
105 ciliares e recuperação de nascentes e veredas, e foram apresentados 17 mil hectares. Pelos
106 cálculos que fiz rapidamente, esses R\$ 89 milhões dariam para se construir 10 mil
107 quilômetros de cercas, para proteger 150 mil hectares de áreas, em cima da experiência
108 que nós temos. Se o problema estivesse no termo de referência, logicamente, teria sido
109 levado em conta esse programa que está no Estruturador do Estado de Minas. É um dos
110 grandes programas que existem no Estado, e temos dados técnicos que podem mostrar
111 isso. Outra questão seriam as estradas rurais, pois 70% das mortes dos corpos d’água são
112 causados por estradas rurais. Existem trabalhos técnicos e científicos em Minas Gerais que
113 mostram isso. Estamos há mais de dez anos tentando criar normas para isso, tanto em nível
114 federal, no Conama, quanto no Estado, e não conseguimos. Por outro lado, estamos vendo
115 os governos federal e estadual liberando milhares de equipamentos para se trabalhar nas
116 estradas rurais, que podem causar mais males ainda do que já tem sido ocasionado. Então
117 eu acho que têm que ser levadas em conta essas duas questões. É preciso trocar o plantio
118 pelo cercamento, porque em todas as áreas tem remanescentes, e nós temos experiência de
119 áreas em que plantamos e as espécies não se desenvolveram nem em 10% do que havia de
120 mudas nativas no remanescente. Fica aqui a nossa contribuição para que o Estado alinhe a
121 sua política através desses termos de referência e também na atuação das Suprams, porque
122 não é possível que continuem cobrando o plantio de espécies nativas. Não vemos
123 resultado, estamos vendo recursos sendo jogados fora, e por outro lado estamos vendo,

124 através de simples ação de cercamento, um aumento de água, e muito, nas regiões. E,
125 reforçando a questão das estradas rurais, se não criarmos normas não adianta haver
126 projetos e prognósticos, pois estaremos gastando recursos de maneira equivocada.” O
127 conselheiro Newton José Schimidt Prado reforçou as considerações para adequação do
128 projeto. “Fizemos um trabalho com a Universidade Federal de Lavras para proteção de
129 nascentes, inclusive com acompanhamento através de um projeto de olhos de água, que
130 deu um retorno sensacional. A maior fonte de poluição e de degradação de solo,
131 principalmente na bacia do Alto Rio Grande, é um solo argiloso, com muito afloramento
132 de rocha, com cambissolos, onde as estradas vicinais e o manejo inadequado do solo são
133 as principais fontes de degradação. Então colher a chuva nessa região com barraginhas,
134 proteção de nascentes, manutenção de estradas, isso é muito mais importante do que fazer
135 reflorestamento. O cercamento é importante, porque ali tem uma fonte de dispersão de
136 sementes muito grande. Depois que voltamos para essa área, melhorou muito, e hoje ainda
137 recebemos muita condicionante ambiental para fazer reflorestamento ciliar e não
138 conseguimos passar para fazer proteção de nascentes. Então gostaríamos de deixar isso
139 aqui, parabenizar o Paulo Romano e o Tonhão e registrar que isso nós aprendemos durante
140 20 anos de programa no Alto Rio Grande e que hoje temos um tratamento muito diferente
141 disso. Então eu acho que a adequação desses programas é muito importante. Trabalhar na
142 conservação de solo da bacia é muito mais importante do que reflorestar. Cercando a
143 nascente, a natureza responde.” O conselheiro Osny Zago defendeu a iniciativa de
144 construção de barraginhas e destacou a importância de se substituir as condicionantes de
145 replantio pela necessidade de cercamento e proteção de nascentes e de veredas. O
146 conselheiro Alexandre Magrineli dos Reis recomendou que, além da fusão do GD1 e do
147 GD2, o CERH possa avaliar uma revisão geral das UPGRHs. “Este Conselho poderia
148 pensar e buscar outros exemplos, com as partes, com os envolvidos no processo.” O
149 conselheiro considerou ainda a necessidade de avaliação, pelo Sisema, das informações
150 contidas nos Planos Diretores que denunciam irregularidades. “A minha sugestão é de
151 começar a olhar esse nível de informações mais detalhadas que os Comitês estão fazendo e
152 tentar ajudar em alguns casos, quando as situações são gritantes como, por exemplo, a foto
153 de um laticínio lançando in natura. Sugiro que seja encaminhado à Fiscalização, às bases
154 do Sisema.” Conselheiro José Nelson de Almeida Machado: “Eu queria fazer um
155 comentário sobre a questão de esgoto levantada. No GD1, o problema não está tão grave,
156 mas no GD2 a coisa está muito séria. E o que podemos observar é que, se por um lado há
157 uma grande cobertura da rede coletora, isso não é nenhuma tranquilidade para a gestão de
158 recursos hídricos. Pelo contrário. Se o potencial expressivo de cobertura da rede de esgoto
159 é bom para a salubridade urbana, para a gestão dos recursos hídricos isso só piora, porque
160 ‘curto-circuita’ o lançamento dos efluentes. E aí vem um problema muito sério para os
161 municípios, porque sai desse estágio, tem rede coletora, 90%, 92%, e, quando vai tratar o
162 esgoto, a população não quer, porque isso significa aumento de custo da tarifa. Isso gera
163 uma repulsa muito grande da população, e, em geral, os prefeitos, como políticos que são,
164 têm receio de que isso vá prejudicá-los na próxima eleição. Lagoa Santa, aqui perto, é um
165 exemplo bem típico, em que há 20 anos existe um sistema completo de esgotamento
166 sanitário e só tem 50% de adesão da população. Então esse é um processo delicado de

167 gestão e nos faz concluir que todo curso que drena a área urbana jamais vai ser limpo.
168 Pode ser pessimista essa afirmativa, mas temos que trabalhar com essa realidade, porque
169 não vai ser limpar, porque o pessoal joga lixo no rio, joga esgoto em ligação clandestina.
170 Então é uma ação que tem dois agentes importantes, pelo menos, nesse processo: o
171 Ministério Público e as autoridades ambientais. É um dado que tem que ser trabalhado,
172 porque, se não, não vamos mudar essa realidade.” 6) **COMISSÃO ESTADUAL DE**
173 **PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS**
174 **AMBIENTAIS COM PRODUTOS PERIGOSOS (P2R2). DECRETO ESTADUAL**
175 **N.º 45.231/2009. Apresentação: IGAM.** O IGAM apresentou ao Plenário as ações da
176 Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências
177 Ambientais com Produtos Perigosos e um levantamento dos acidentes ocorridos em Minas
178 Gerais que foram comunicados ao Núcleo de Emergência Ambiental no período de 2013 e
179 2014. Em seguida, após discussões, o Plenário do CERH aprovou por unanimidade as
180 indicações da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sectes) e da Universidade
181 Federal de Uberlândia como titular e suplente da Comissão, respectivamente. 7)
182 **ASSUNTOS GERAIS. Estradas rurais e cercamento de nascentes. Conselheiro**
183 **Antônio Eustáquio Vieira:** “Quando eu estava falando das estradas rurais, eu me esqueci
184 de comentar sobre a questão das cascalheiras, que estão todas em áreas de recarga de
185 aquífero. É outro problema ligado às estradas rurais que vai depender do trabalho com as
186 prefeituras, principalmente. Na questão dos cercamentos, quando for ajustado com as
187 Suprams, muitas vezes a condicionante pode ser inserida também da seguinte maneira: se
188 o cidadão vai fazer um cercamento de 5 km, e a sua propriedade só tem áreas de 2 km ou 3
189 km, ele pode fazer o cercamento em outra propriedade, na mesma bacia, para compensar.”
190 **Cobrança pelo uso de recursos hídricos.** Renata Maria de Araújo, da Procuradoria do
191 IGAM, apresentou ao Plenário do CERH minuta de decreto elaborada pela Advocacia
192 Geral do Estado (AGE), a partir de consulta feita pelo órgão gestor das águas, que
193 estabelece diretrizes para inscrição na Dívida Ativa de usuários inadimplentes com a
194 cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. A conselheira Patrícia
195 Helena Gambogi Boson questionou sobre a possibilidade de se incluir na norma critérios
196 relativos a rubrica, devido a “dificuldades de transferência do direito da cobrança para a
197 entidade delegatária, para tramitação mais correta do recurso da cobrança e não entrar no
198 orçamento do IGAM.” A diretora Geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, informou
199 que foi instituído um Grupo de Trabalho, com participação de representantes de agências
200 de bacias e de Comitês que já implantaram a cobrança, para discutir procedimentos
201 relativos à utilização do recurso e concluir a elaboração da minuta de decreto de
202 regulamentação do contrato de gestão. Considerou que a sugestão relacionada a rubrica
203 poderia ser submetida a esse Grupo de Trabalho e informou que a minuta de decreto
204 específica será apresentada posteriormente ao CERH. **Quórum das Câmaras Técnicas e novo**
205 **mandato do CERH.** O IGAM relatou ao Plenário do CERH dificuldades de obtenção de
206 quórum nas Câmaras Técnicas, informou a frequência de cada segmento e fez apelo no
207 sentido da conscientização das entidades para participarem das reuniões. Relatou ainda
208 sobre o processo eleitoral para recomposição dos colegiados do CERH, destacando a
209 existência de vagas que não foram pleiteadas, em especial, da representação do poder

210 público municipal. A conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson propôs que seja
211 cumprido o regimento em relação às ausências consecutivas às reuniões, com as
212 penalizações previstas às instituições faltantes, e, no caso da falta de candidatos às vagas
213 para recomposição dos colegiados, sugeriu o encaminhamento de ofício às prefeituras,
214 pelo presidente do CERH, informando que o processo eleitoral está aberto e que aguarda a
215 indicação dos representantes dos municípios. O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira
216 também sugeriu o encaminhamento de ofício às prefeituras e recomendou que, no caso das
217 entidades da sociedade civil, fosse avaliada a possibilidade de prorrogação do prazo para
218 apresentação da documentação. O conselheiro Alexandre Magrineli dos Reis fez o
219 seguinte registro: “Não posso deixar de colocar o esforço da atual administração para
220 reverter essa situação, porque, para mim – e deixo aqui registrado em ata –, isso é reflexo
221 do titular anterior. Eu faço questão de colocar isso e acho que a doutora Marília e o
222 secretário Alceu têm condição de reverter esse quadro, para colocar de novo a participação
223 dos segmentos atuando no Conselho.” Marília Carvalho de Melo, diretora Geral do IGAM:
224 “Vamos buscar uma forma com que consigamos recompor, de maneira mais ágil, este
225 Conselho, para que possamos fazer a transição no final do ano já com este Conselho
226 recomposto, com as Câmaras Técnicas indicadas, para não termos um problema de
227 descontinuidade deste ano para o ano que vem.” **Propostas de pautas.** A conselheira
228 Patrícia Helena Gambogi Boson propôs ao CERH encaminhar ao IGAM recomendação
229 para que sejam reavaliadas todas as UPGRHs, com levantamento de “quais Comitês estão
230 realmente atuando”. A conselheira propôs ainda que seja solicitada à Agência
231 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado
232 de Minas Gerais (Arsae) uma avaliação da possibilidade de estabelecimento de tarifas
233 diferenciadas para usuários que fazem ligação à rede de esgoto, nas localidades onde é
234 possível a interligação à rede pública. **Ações do município de Extrema.** Conselheiro
235 Alexandre Magrineli dos Reis: “Eu quero fazer uma homenagem. Saiu na TV Estadão uma
236 menção ao município de Extrema, que, em plena seca do Cantareira, foi o único município
237 que teve água em suas nascentes, mostrando a situação deles. Sugiro à doutora Marília e
238 ao doutor Alceu que seja pautado no Conselho como está a situação hoje em Extrema. Eles
239 estão ganhando dinheiro não só com o Bolsa Verde, mas já tem algumas áreas que foram
240 colocadas em projetos de crédito de carbono. Então o agricultor está recebendo,
241 duplamente, valores em relação a florestas de pé. Precisamos de uma atualização em
242 relação a isso para talvez até disseminar outras iniciativas no Estado.” **8)**
243 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente ad hoc
244 Marília Carvalho de Melo declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Alceu José Torres Marques